



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia 26/02/2015



política



Rita Oliveira

rittaoliveira@jornaldodiase.com.br - rittaoliveira@uol.com.br

A boataria de Sukita

Ontem o assunto mais comentado nas rodas políticas foi que o ex-prefeito Manoel Sukita, que concorreu sub-judice a eleição de deputado estadual em 2014, iria assumir mandato de deputado estadual no lugar de Francisco Gualberto (PT). É que Gualberto foi o último deputado eleito da coligação.

Isso porque o próprio Sukita, em entrevista concedida ao programa de Gilmar Carvalho, declarou que tinha conquistado uma vitória na guerra para conseguir assumir o mandato de deputado estadual, uma vez que o seu ex-partido, o PSB, teria apresentado um documento "falsificado" junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) informando que ele teria desistido da sua candidatura no pleito passado.

Revelou o polêmico ex-prefeito que no final da tarde da terça-feira o procurador geral eleitoral tinha dado parecer favorável a ele dizendo que não era correto não respeitar a sua vontade de ser candidato e que a ação do PSB em Sergipe é inconstitucional. Ainda segundo Sukita, no seu parecer o procurador pede que os seus votos sejam descongelados e o registro de candidatura deferido.

Um advogado que viu pela internet o processo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disse à coluna que é descabida essa informação prestada pelo próprio Sukita. Segundo ele, no dia 23 de fevereiro

passado, às 19h21, o processo foi devolvido do Ministério Público Eleitoral (MPE) para o TSE. No dia 24 de fevereiro, às 18h21, foi feita uma observação de que o processo tinha sido devolvido sem manifestação do MPE e somente ontem, às 11h20, ele havia chegado ao gabinete do ministro relator João Otávio de Noronha. Segundo o advogado, que encaminhou para a coluna a cópia da tramitação do processo de impugnação do registro de candidatura de Sukita e substituição de candidato, essa é a prova de que não existe parecer algum a favor do ex-prefeito. "Mesmo que existisse um parecer de um procurador favorável a Sukita assumir o mandato ele teria que ser julgado pelo TSE, pois um procurador não tem competência para isso, apenas juízes, desembargadores e ministros, através de liminar", esclarece.

Trocando em miúdos, Francisco Gualberto continuará com o seu mandato de deputado estadual e sendo líder do governo na Assembleia Legislativa até que seja julgado o mérito da questão, que pode ser ou não a favor de Sukita.

Quem tem a ganhar com isso é o parlamento e o povo sergipano, pois se o Brasil fosse um país sério Sukita era para continuar preso pelos crimes de improbidade administrativa, formação de quadrilha e desvio de recursos públicos da Prefeitura de Capela.